



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639306 - SP (2021/0006635-6)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : ADRIANA FARIA DA SILVA  
**ADVOGADO** : ADRIANA FARIA DA SILVA - SP353909  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WESLEY SILVA PIMENTA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WESLEY SILVA PIMENTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0004567-17.2020.8.26.0344).

O paciente encontra-se preso para cumprimento de pena de 14 anos, 10 meses e 20 dias pela prática dos delitos previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante sustenta que há excesso de prazo para a realização do exame criminológico e que, portanto, deveria ser restabelecida a progressão para regime semiaberto.

Requer, liminarmente, que seja restabelecido o regime semiaberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar deferida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 611.255/SP, que não foi conhecido pelo relator, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em *mandamus* anteriormente

julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente